

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 023/2026

IDENTIFICAÇÃO			
UNIDADE GESTORA	Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor		
SETOR REQUISITANTE	GARH		
RESPONSÁVEL(IS)	Jôse Correa Barcelos		
DATA DE ELABORAÇÃO	15/10/2026	VERSÃO	02
QUADRO RESUMO DO TR			
OBJETOS	1. Serviço de Locação de Máquina de Café 2. Café em grãos		
CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO	Serviço comum		
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.		
ESTIMATIVA DE CUSTOS	- Valor mensal: R\$ 9.348,69 - Valor anual: R\$ 112.184,33 - Valor referente a 24 meses: R\$ 224.368,66		
DURAÇÃO DO CONTRATO	24 meses		
TIPO DE SERVIÇO	Serviço contínuo (art. 6º, XV, da Lei 14.133/2021)		

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de máquinas automáticas de café, compreendendo a instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, limpeza periódica, assistência técnica e demais serviços necessários ao adequado funcionamento dos equipamentos, bem como para a aquisição parcelada de café em grãos destinado ao abastecimento das máquinas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 A contratação observará os quantitativos e valores estimados constantes da tabela abaixo, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos:



ITEM	CÓD. SIADES	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE E MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE PARA 24 MESES
1		Serviço de locação de máquinas automáticas de café expresso, compreendendo instalação, abastecimento, limpeza, manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica	Serviços/mês	3	72
2		Café em grãos (embalagem de 1 kg)	Pacote 1Kg	86	2.064

1.3 Para fins de dimensionamento do Item 1, cada unidade de serviço corresponde à disponibilização e manutenção de 1 (uma) máquina automática de café pelo período de 1 (um) mês, de modo que a quantidade total estimada de 72 serviços decorre da disponibilização simultânea de 3 (três) máquinas durante os 24 (vinte e quatro) meses de contratação.

1.4 Os itens integram um único lote em razão da interdependência operacional existente entre os equipamentos, os serviços necessários ao seu funcionamento e o café em grãos utilizado nas máquinas, de modo a assegurar compatibilidade entre os insumos e os equipamentos, adequada regulagem e calibração dos moinhos, uniformidade na qualidade da bebida e definição inequívoca da responsabilidade da Contratada pelo funcionamento da solução.

1.5 Os serviços são caracterizados como comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado.

1.6 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.

1.7 A adjudicação ocorrerá pelo menor preço global do lote, observados os valores individualmente ofertados para cada item.

1.8 Os serviços objeto desta contratação possuem natureza continuada, uma vez que a disponibilização permanente dos equipamentos, acompanhada dos serviços de manutenção, limpeza e assistência técnica, mostra-se necessária durante todo o período contratual.

1.9 O presente contrato terá o prazo inicial de vigência de 24 (vinte) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, com base no artigo 107, da Lei 14.133/2021, desde que mantidas as condições de vantajosidade, bem como as regras que se encontram no Decreto Estadual nº 5545-R/2023.



1.10 O objeto deste termo de referência tem amparo legal nos seguintes atos normativos:

- I. Lei nº 14.133/2021;
- II. Decreto Estadual nº. 5352-R/2023;
- III. Decreto Estadual nº 5545-R/2023;
- IV. Lei Complementar 123/2006;

1.11 É Integram este Termo de Referência, para todos os fins, os seguintes anexos:

- I. Anexo I.A - Requisitos de Habilitação;
- II. Anexo I.B - Instrumento de Medição de Resultado - IMR

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação decorre da necessidade de aprimorar o fornecimento de café nas dependências do Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon-ES, assegurando maior agilidade, disponibilidade e continuidade no atendimento às rotinas administrativas, ao público interno e às atividades de representação institucional.

2.2 Atualmente, o preparo e a distribuição do café são realizados pelas copeiras da instituição, mediante utilização de cafeteira industrial de operação manual. O modelo existente apresenta limitações operacionais, especialmente em razão do tempo necessário para aquecimento da água, que pode alcançar aproximadamente 40 (quarenta) minutos antes do início do preparo, além da necessidade de acompanhamento e intervenção manual durante o processo.

2.3 A dinâmica atual gera períodos de indisponibilidade da bebida, concentra atividades operacionais nas profissionais de copeiragem e dificulta o atendimento tempestivo da demanda, especialmente nos horários de maior consumo.

2.4 A necessidade é ampliada pelo fluxo de pessoas nas dependências da instituição, que conta com mais de 100 (cem) usuários internos, entre servidores, estagiários, colaboradores terceirizados e demais profissionais, além de realizar atendimento diário de aproximadamente 180 (cento e oitenta) consumidores e receber representantes de órgãos públicos, fornecedores, autoridades e demais visitantes em reuniões e atividades institucionais.

2.5 A disponibilização de máquinas automáticas de café busca complementar a estrutura



atualmente existente, descentralizando o acesso à bebida e permitindo o preparo imediato e individualizado, sem depender exclusivamente do processo manual realizado pelas copeiras.

2.6 A solução contempla a locação de 3 (três) máquinas automáticas de café, acompanhada dos serviços necessários ao seu adequado funcionamento, incluindo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, limpeza periódica e assistência técnica, bem como o fornecimento parcelado de café torrado em grãos destinado ao abastecimento dos equipamentos.

2.7 A associação entre a locação dos equipamentos e o fornecimento dos grãos em um único lote visa assegurar a compatibilidade entre os insumos e as máquinas, permitir adequada regulagem e calibração dos equipamentos e concentrar em uma única contratada a responsabilidade pela qualidade e continuidade da solução.

2.8 A contratação pretende, portanto, proporcionar maior eficiência operacional, reduzir períodos de indisponibilidade, racionalizar as atividades relacionadas ao preparo do café e garantir condições adequadas de atendimento aos usuários internos, consumidores e visitantes, observados os princípios da eficiência, economicidade e continuidade administrativa.

2.9 A presente contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado para atendimento da necessidade, no qual foram avaliadas as alternativas disponíveis no mercado e demonstrada a adequação da solução escolhida.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação integrada de serviços de locação de máquinas automáticas de café, compreendendo o fornecimento, instalação, configuração e disponibilização dos equipamentos em perfeitas condições de uso, bem como a manutenção preventiva e corretiva, limpeza periódica, assistência técnica e demais serviços necessários para assegurar o adequado funcionamento das máquinas durante toda a vigência contratual.

3.2 A contratação também contempla a aquisição parcelada de café em grãos, destinado ao abastecimento das máquinas, de forma a garantir a continuidade do fornecimento de bebidas aos usuários, observando-se as especificações, padrões de qualidade e condições de armazenamento e fornecimento estabelecidos pela Administração.



3.3 A solução deverá abranger todo o ciclo de vida dos equipamentos, desde sua instalação e configuração inicial até a manutenção, higienização, reposição de componentes e suporte técnico necessários durante sua utilização, ficando sob responsabilidade da contratada a adoção das medidas necessárias para preservar o funcionamento, a segurança, a conservação e a qualidade das máquinas.

3.4 As máquinas deverão ser entregues e instaladas em condições adequadas de funcionamento, compatíveis com as necessidades do PROCON/ES e com as características dos locais destinados à sua utilização. Durante a execução contratual, a contratada deverá realizar as manutenções preventivas e corretivas, bem como os serviços de limpeza e higienização periódica, evitando interrupções e assegurando a disponibilidade dos equipamentos.

3.5 Em caso de falhas ou defeitos, a contratada deverá prestar assistência técnica e realizar os reparos necessários, incluindo, quando aplicável, a substituição de peças e componentes, sem prejuízo da substituição do equipamento quando tecnicamente necessária para garantir a continuidade do serviço.

3.6 O fornecimento do café em grãos será realizado de forma parcelada, conforme a demanda do PROCON/ES, evitando a formação de estoques excessivos e contribuindo para a conservação adequada do produto e para a continuidade do abastecimento das máquinas. O produto deverá atender integralmente às especificações estabelecidas pela Administração quanto à qualidade, características, embalagem, validade e demais requisitos aplicáveis.

3.7 Ao término da contratação, caberá à contratada realizar a desinstalação e retirada dos equipamentos, quando aplicável, deixando os locais utilizados em condições adequadas, observadas as disposições contratuais. Dessa forma, a solução contempla de maneira integrada todas as etapas necessárias à disponibilização, utilização, conservação, manutenção e encerramento da utilização dos equipamentos, garantindo a continuidade e a qualidade do serviço durante todo o período contratual.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

REQUISITOS GERAIS DA CONTRAÇÃO - MÁQUINAS

4.1 As máquinas deverão ser automáticas e adequadas ao uso institucional, destinadas ao preparo de café a partir de grãos.



- 4.2** Deverão ser fornecidas em perfeito estado de conservação e funcionamento, sem avarias que comprometam sua utilização.
- 4.3** Deverão possuir capacidade de 1,8 litros ou de acordo com a demanda estimada do PROCON/ES.
- 4.4** Deverá conter painel de comando: Frontal, com display digital.
- 4.5** Potência: Bivolt ou 110V.
- 4.6** Modelos de referência: Máquinas Gaggia, Saeco Lirika ou equivalentes.
- 4.6.1.** A indicação de três marcas de referência tem como finalidade estabelecer parâmetros mínimos de qualidade, desempenho e características técnicas para as máquinas de café em grãos. As marcas são utilizadas exclusivamente como referência de mercado, sendo aceitos produtos de outras marcas, desde que atendam integralmente às especificações exigidas. Dessa forma, busca-se garantir a adequada definição do objeto sem restringir a competitividade do certame.
- 4.7** Deverá conter bico vaporizador.
- 4.8** Deverão ser compatíveis com a rede elétrica e as condições físicas dos locais de instalação indicados pela Administração.
- 4.9** A contratada deverá realizar a instalação, configuração e testes de funcionamento dos equipamentos, sem custos adicionais para a Administração.
- 4.10** Deverá possibilitar a operação em sistema de livre consumo “self-service” em todas as fases de preparação de café, com completo sistema de higiene e dispositivos automáticos que eliminem a sobra de produtos sólidos em depósitos específicos.
- 4.11** Efetuar autolavagem com água à temperatura mínima exigida de acordo manual de instrução do equipamento ou com a legislação vigente.

REQUISITOS GERAIS DA CONTRAÇÃO - DO CAFÉ

- 4.12 Aspecto:** Café torrado em grãos para máquina de café expresso, tipo 100% arábica, torra clara



ou média e suas variações.

4.13 O produto deverá ser fornecido em embalagem de 1 kg, confeccionada em material aluminizado e equipada com válvula aromática para preservação de suas características. A embalagem deverá apresentar, de forma legível e permanente, o número do lote, a data de fabricação e a data de validade. O prazo de validade deverá ser de, no mínimo, 6 (seis) meses, contados a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de emissão da Ordem de Fornecimento.

4.14 A empresa deverá apresentar certificados de pureza e qualidade do PQC da ABIC ou Avaliação da Qualidade Global do Café (laudo), com a respectiva pontuação (na faixa de Qualidade Global superior a 6,00), datado com prazo máximo de 6 (seis) meses antes da data de celebração do contrato; Análise microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza.

4.15 Marcas de referência: Meridiano Classic, 3 Corações Classic, Fraterno Superior.

4.15.1. A indicação de três marcas de referência tem como finalidade estabelecer parâmetros mínimos de qualidade, desempenho e características técnicas para as máquinas de café em grãos. As marcas são utilizadas exclusivamente como referência de mercado, sendo aceitos produtos de outras marcas, desde que atendam integralmente às especificações exigidas. Dessa forma, busca-se garantir a adequada definição do objeto sem restringir a competitividade do certame.

4.16 O fornecimento do café deverá ocorrer mediante solicitação da Administração, de acordo com a demanda.

4.17 O produto deverá ser, durante todo o prazo contratual, da mesma marca relacionada na proposta, podendo ser trocados mediante autorização do fiscal do contrato, desde que comprovadas as exigências mínimas.

DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.18 A contratada deverá realizar manutenção preventiva periódica, conforme as recomendações do fabricante e as necessidades de utilização dos equipamentos.

4.19 Deverá prestar manutenção corretiva sempre que identificada falha, defeito ou mau funcionamento.

4.20 A manutenção deverá incluir mão de obra, ferramentas, equipamentos e, quando necessário,



peças e componentes para o restabelecimento do funcionamento.

4.21 O prazo para resolução do chamado deverá ser de até 24 horas, após abertura do mesmo, por meio de canal formal.

4.22 Quando o reparo não puder ser realizado dentro do prazo estabelecido, a contratada deverá disponibilizar equipamento substituto, de modo a evitar a interrupção do serviço.

4.23 A assistência técnica deverá ser prestada durante todo o período contratual.

4.24 A assistência técnica deverá ser prestada no seguinte endereço: Sede Administrativa - Av. Jerônimo Monteiro, nº 935, Centro, Vitória/ES, CEP: 29.010-003.

DA SUBCONTRATAÇÃO

4.25 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIOS

4.26 Não será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, considerando que o objeto não apresenta complexidade técnica ou vulto que justifique sua execução por mais de uma empresa, sendo usualmente prestado por empresas especializadas no mercado de terceirização de serviços continuados

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.27 A contratação conta com garantia da contratação, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

4.28 O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da vigência do contrato, comprovante de prestação de garantia, quando optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

4.29 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.30 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a



vigência do contrato e por 30 dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.31 A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.32 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 4.31 deste contrato.

4.33 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.34 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.35 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

4.36 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, aberta pela contratante, com correção monetária.

4.37 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.38 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá



constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.39 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.40 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.41 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.41.1 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

4.41.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.42 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.43 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.44 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.45 O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1 A execução do objeto terá início após a emissão da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, observados os prazos estabelecidos pela Administração para a instalação e disponibilização dos equipamentos.

5.2 A contratada deverá fornecer, transportar, instalar e configurar as máquinas automáticas de café nos locais indicados pelo PROCON/ES, realizando os testes necessários para comprovar seu adequado funcionamento antes do início da utilização.

5.3 A execução deverá ocorrer de forma contínua, regular e suficiente ao atendimento das necessidades operacionais do PROCON/ES, sem prejuízo da adequação das rotinas às demandas institucionais, desde que respeitados os limites do objeto contratado.

5.4 As máquinas deverão permanecer disponíveis para utilização durante toda a vigência contratual, em condições adequadas de funcionamento, conservação, higiene e segurança.

5.5 Caberá à contratada realizar, durante todo o período de execução, os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo mão de obra, ferramentas, equipamentos, peças e componentes necessários ao adequado funcionamento das máquinas, sem custos adicionais para a Administração, salvo quando expressamente previsto no contrato.

5.6 A manutenção preventiva deverá ser realizada periodicamente, de acordo com as recomendações do fabricante e as características de utilização dos equipamentos, de modo a reduzir a ocorrência de falhas e prolongar a vida útil das máquinas.

5.7 A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que constatado defeito, falha ou interrupção no funcionamento dos equipamentos. A contratada deverá atender aos chamados técnicos dentro do prazo estabelecido no contrato e adotar as providências necessárias para o restabelecimento do funcionamento.

LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.8 Os serviços serão prestados nas dependências do Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor — PROCON/ES, localizado na Avenida Jerônimo Monteiro, nº 935, Centro, Vitória/ES.

INÍCIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL



5.9 A execução dos serviços terá início um dia após a publicação do instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, ou, na hipótese de inviabilidade técnica, no Diário Oficial do Estado — DIO/ES.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 Além do disposto acima, conforme preconiza os artigos 10 e 11 do Decreto Estadual nº 5545/23, a gestão e fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.5 DAS ATRIBUIÇÕES DOS GESTORES DE CONTRATOS

6.5.1 Competirá ao gestor o acompanhamento dos aspectos administrativos do contrato, em especial:

I - acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em instrumento convocatório e contrato e das exigências legais;

II - conferir a importância a ser paga, constante no documento comprobatório da despesa, com base no contrato, na nota de empenho e no recebimento do produto ou serviço pelo fiscal do contrato;

III - conferir a manutenção das condições de habilitação, em especial da regularidade fiscal, social e trabalhista, e analisar o cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato com dedicação de mão de obra exclusiva para fins de comprovação do cumprimento da obrigação contratual;

IV - receber definitivamente aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade após o atendimento dos itens II e III;

V - manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês, admitida a prorrogação motivada por igual período, ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;



- VI - manter controle atualizado dos saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando a realização de serviço ou fornecimento sem prévio empenho;
- VII - orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- VIII - promover, quando couber, reunião inicial para esclarecimento das obrigações contratuais, após a assinatura do contrato;
- IX - providenciar, quando necessário, a formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- X - realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;
- XI - subsidiar o ordenador de despesas na aplicação de penalidades advindas de inexecução parcial ou total do contrato, nos termos do regulamento estadual;
- XII - verificar o cumprimento das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas; e
- XIII - zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, avaliando e promovendo as solicitações conforme o caso.

6.6 DAS ATRIBUIÇÕES DOS FISCAIS DE CONTRATOS

6.6.1 Competirá ao fiscal o acompanhamento da execução do objeto contratual, tendo por parâmetro os resultados previstos, visando à qualidade da prestação, em especial:

- I - acompanhar o cronograma de execução do contrato, monitorando os prazos e condições de entrega;
- II - acompanhar sistematicamente a execução do objeto da contratação;
- III - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- IV - aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados em consonância com o previsto no contrato;
- V - apurar a importância a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega do bem ou de efetiva prestação do serviço;
- VI - comunicar formalmente o contratado, em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que este tome as providências cabíveis à regularização de faltas ou defeitos;
- VII - examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e formalizar o recebimento provisório do produto ou serviço;
- VIII - fazer diligências junto à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas reuniões;
- IX - informar ao gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- X - manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês, admitida a prorrogação motivada por igual período, ou aquele



estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;

XI - receber provisoriamente aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade;

XII - manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico das obras e serviços e, no caso de compras, da conformidade do material recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo; e

XIII - solicitar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, a expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.6.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2023 e demais condições previstas para a contratação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1.1 O objeto do contrato será recebido provisoriamente, observadas as seguintes etapas sequenciais:

7.1.2 Após executado o serviço e estando em condições de ser recebido na forma estabelecida na contratação, o contratado deverá comunicar à fiscalização, por escrito, a fim de que seja realizada conferência quanto ao cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.1.3 Emitir termo detalhado, por fiscal ou comissão designada, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca da medição da parcela do contrato;

7.1.4 Analisar demais documentos previstos na contratação, por gestor ou comissão designada.

7.1.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal e pelo gestor, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências contratuais.

7.1.6 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.7 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, na forma do art. 11 do



Decreto 5545-R, de 2023.

7.1.8 O gestor do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, na forma do art. 10 do Decreto 5545-R, de 2023.

7.1.9 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.1.9.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado da execução do objeto e, se for o caso, poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.1.9.2 O gestor do contrato deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório;

7.1.10 Caso a fiscalização identifique irregularidades que impeçam o recebimento provisório dos serviços, o gestor ou fiscal devem indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.1.11 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.1.12 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.13 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (art. 119 c/c art. 140 da Lei 14.133/2021).

7.1.14 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.15 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as



especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.16 O gestor do contrato deve comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.17 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.18 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.19 O contrato será recebido definitivamente, observadas as seguintes etapas sequenciais:

7.1.19.1 após concluídos os serviços e obrigações previstos no contrato, realizar a avaliação do funcionamento, produtividade dos equipamentos e/ou instalações, quando couber, incluindo testes e ensaios que forem necessários; e

7.1.19.2 emitir termo detalhado, pelo gestor ou comissão designada, para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados.

7.2 DA NOTA FISCAL¹

7.2.1 Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. o prazo de validade;
- II. a data da emissão;
- III. os dados do contrato e do órgão contratante;

¹ Poderá ser consultado "Manual sobre retenção de IR no pagamento de bens e serviços dos Órgãos estaduais, publicado pela SEFAZ. Disponível em: [SEFAZ - Sefaz publica manual sobre retenção de IRRF no pagamento de bens e serviços dos órgãos estaduais](#)



- IV. o período respectivo de execução do contrato;
- V. o valor a pagar; e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.2.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.2.4 O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

7.3 DO PRAZO DE PAGAMENTO

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.

7.3.2 Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.

7.3.3 Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

- a. Onde:
- b. VM = Valor da Multa Financeira.
- c. VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.
- d. ND = Número de dias em atraso.

7.3.4 Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.



7.3.5 A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

7.3.6 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

7.4 DA FORMA DE PAGAMENTO

7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente, indicados pela contratada.

7.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, no modo de disputa aberto e fechado, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no art. 27, inciso III, do Decreto Estadual nº 5352-R/2023.



8.1.2 A justificativa para adoção do referido critério tem fundamento no art. 6º, XLI da lei nº 14.133/2021, e artigos 58 e 61 do Decreto Estadual nº 5352-R/2023, visto que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e considerará menor dispêndio para a Administração.

8.1.3 Já a adoção do critério de julgamento pelo menor preço, é o mais compatível com a natureza do objeto, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, desde que atendidas todas as exigências técnicas e legais constantes no Termo de Referência e no Edital do Pregão.

8.2 DA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

8.2.1 O objeto será realizado através da prestação de serviços e fornecimentos contínuos.

8.2.2 A justificativa para adoção da referida forma tem fundamento no art. 6º, incisos XV da Lei nº 14.133/2021, visto que o serviço contratado decorre de necessidade permanente da Administração.

8.3 DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3.1 Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no Anexo I.A deste Termo de Referência.

8.3.2 Justificativa dos requisitos da qualificação técnica:

8.3.2.1 Da habilitação econômico-financeira: a respectiva habilitação visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos. Os documentos solicitados no Anexo I.A, item 3, estão de acordo com o que preconiza o art. 69 da Lei 14.133/2021, e sua redação está de acordo com a minuta padronizada da PGE/ES (Anexo I-A do Termo de Referência)².

8.3.2.2 Requisitos de qualificação técnica: Os requisitos e percentuais foram incluídos

²[https://pge.es.gov.br/Media/pge/Minutas_padronizadas_lei14133/editais-tr-hab-cont/SIADES/\(SIADES\)%20TR%20e%20HABILITA%C3%87%C3%83O%20de%20SERVI%C3%87OS%20CONT%C3%8DNUOS%20com%20dedic%C3%A7%C3%A3o%20exclusiva.docx](https://pge.es.gov.br/Media/pge/Minutas_padronizadas_lei14133/editais-tr-hab-cont/SIADES/(SIADES)%20TR%20e%20HABILITA%C3%87%C3%83O%20de%20SERVI%C3%87OS%20CONT%C3%8DNUOS%20com%20dedic%C3%A7%C3%A3o%20exclusiva.docx)



observando o que preconiza o art. 67 da Lei 14.133/2021, e sua redação está de acordo com a minuta padronizada da PGE/ES, ademais, levou-se em conta também as orientações do Guia de Boas Práticas Sobre Qualificação Técnica, elaborado pela PGE/ES.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação, para 24 (vinte e quatro) meses, é de R\$ 224.368,66 (duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos), conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA 24 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL 24 MESES
1	Serviço de locação de máquinas automáticas de café expresso, compreendendo instalação, abastecimento, limpeza, manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica	Serviços	3	72	R\$ 343,88	R\$ 24.759,22
2	Café em grãos (embalagem de 1 kg)	Pacote 1Kg	86	2.064	R\$ 96,71	R\$ 199.609,44
Valor Total						R\$ 224.368,66

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1. Gestão/Unidade: 460904 - FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR;
2. Fonte de Recursos: 759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS;
3. Programa de Trabalho: 10.46.904.14.422.008.4847 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROCON;
4. Elemento de Despesa: 3.3.9037 e 3.3.90.30;



5. Plano Interno: 000001 - NÃO DEFINIDO.

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

11.1 Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11.1.1 Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

11.1.2 Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

11.1.2.1 Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

11.1.2.2 Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

11.1.2.3 Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

11.2 Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

11.2.1 As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato



e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

11.2.2 A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

11.3 Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

11.3.1 A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

11.3.2 As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

11.4 Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

11.5 Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

11.5.1 Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável



perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

11.5.2 A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

11.5.3 A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

11.5.4 Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

11.6 Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

12.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

12.2.4 Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

12.2.4.1 Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) incidente sobre o valor anual do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1;

12.2.4.2 Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor anual do contrato, para as infrações descritas nas alíneas “b” a “h” do subitem 12.1;

12.2.4.3 Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor anual do contrato, caso não comprovado, no prazo estabelecido pela fiscalização, o cumprimento das obrigações trabalhistas e com o FGTS em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do Contrato, na forma do art. 50 da Lei 14.133/2021.

12.3 Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).



12.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei 14.133/2021.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

12.8.1 Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

12.8.2 A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

12.8.3 O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

12.8.4 O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço



ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

12.8.5 Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

12.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

12.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

12.13 Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

12.13.1 Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser



compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

12.14 Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

Vitória-ES, 15 de outubro de 2026.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA
Jôse Correa Barcelos
Nº Funcional: 3651860
Setor: GARH

APROVAÇÃO:

Aprovo o presente Termo de Referência, com base nas informações prestadas nas declarações e assinatura acima.

Letícia Coelho Nogueira
Diretora Geral do PROCON/ES



ANEXO I A REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3 Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas



da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971 e dos certificados previstos no art. 11 da Lei Estadual 8.257/2006.

1.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

1.10 Produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

1.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.2.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;



- 2.4** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);
- 2.5** Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;
- 2.6** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;
- 2.7** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- 2.8** Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.
- 2.9** Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:
- 2.9.1** A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.
- 2.9.2** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 2.9.3** O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.
- 2.9.4** Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado



de prova do protocolo do pedido de certidão.

2.9.5 Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

2.9.6 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

2.9.7 A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

3. HABILITAÇÃO TÉCNICA

3.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

3.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

3.3 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

3.4 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.

3.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade



dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

3.6 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3.6.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

4.2 **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, para as demais pessoas jurídicas;

4.3 Caso a licitante se encontre em processo **de recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

4.4 **Balanço patrimonial (BP), Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;**

4.4.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

$$ILG = \frac{ATIVOCIRCULANTE(AC) + REALIZÁVELALONGOPRAZO(RLP)}{PASSIVOCIRCULANTE(PC) + PASSIVONÃOCIRCULANTE(PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVOTOTAL(AT)}{PASSIVOCIRCULANTE(PC) + PASSIVONÃOCIRCULANTE(PNC)}$$



$$ILC = \frac{ATIVOCIRCULANTE(AC)}{PASSIVOCIRCULANTE(PC)}$$

4.4.2 Quando qualquer dos índices for igual ou inferior a 1 (um), poderá o licitante atender ao requisito de habilitação demonstrando patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação

4.5 Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil

4.6 **Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil**, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.

4.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.8 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.9 No caso de consórcio, se admitida a sua participação no edital, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.

5. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

5.1 Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 e reproduzidos neste Edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos.

5.2 Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

5.2.1 Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda,



(<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>) ou no site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

5.2.2 Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006 (conforme modelo constante no Anexo II.C do Edital).

5.3 Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

5.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Art. 3º da LC 123/06.

5.3.2 Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06 (conforme modelo constante no Anexo II.C do Edital).

5.4 Os documentos aos quais se refere este item deverão ser apresentados **juntamente com os documentos de habilitação**, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.



ANEXO I.B**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR****DEFINIÇÃO**

O presente Instrumento de Medição de Resultado — IMR estabelece os critérios de avaliação da qualidade dos serviços de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas automáticas de café e de fornecimento de café em grão, definindo indicadores, metas, formas de acompanhamento, mecanismos de cálculo e adequações de pagamento em razão do não atendimento dos níveis mínimos de qualidade.

Este Anexo integra o Termo de Referência e o contrato dele decorrente, devendo ser observado pela contratada durante toda a execução contratual.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Não será atribuída pontuação simultânea em mais de um indicador quando as ocorrências decorrerem do mesmo fato gerador, devendo ser aplicado o indicador que melhor caracterize o descumprimento contratual. Poderão ser pontuadas separadamente apenas as falhas decorrentes de obrigações distintas e autônomas.

A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

DOS INDICADORES

Os serviços serão avaliados por meio dos seguintes indicadores:



INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

Os serviços serão avaliados por meio dos seguintes indicadores:

Nº	INDICADORES
01	Funcionamento adequado das máquinas de café
02	Fornecimento de café
03	Manutenção preventiva e corretiva das máquinas

INDICADOR Nº 01 — FUNCIONAMENTO ADEQUADO DAS MÁQUINAS DE CAFÉ

FINALIDADE	Garantir o funcionamento adequado das máquinas, conforme previsto no Termo de Referência.
META A CUMPRIR	100% de funcionalidade adequada, com qualidade satisfatória.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Conferência local, checklist, ordens de serviço, registros da fiscalização e comunicações ao preposto.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Visual e documental, pelo fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.
PERIODICIDADE	Diária, com consolidação mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	Será aplicada a pontuação correspondente a cada ocorrência verificada.



INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir do início da prestação dos serviços.
---------------------------	---

OCORRÊNCIAS E PONTUAÇÃO

OCORRÊNCIA	PONTUAÇÃO
O não funcionamento adequado das máquinas, ou funcionamento de modo insatisfatório.	0,5 ponto por equipamento
Executar parcialmente os procedimentos de manutenção preventiva.	1,0 ponto por equipamento
Deixar de fornecer as informações dos serviços executados.	1,0 ponto por equipamento
Deixar de realizar a manutenção preventiva mensal de equipamento abrangido pela contratação.	2,0 pontos por equipamento
Registrar como executada manutenção preventiva que não tenha sido efetivamente realizada	5,0 pontos por ocorrência
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	Conforme tabela geral de descontos deste IMR.
SANÇÕES	A aplicação do ajuste financeiro não impede a adoção das demais medidas administrativas e sanções previstas no contrato, especialmente em caso de reincidência ou descumprimento grave.
OBSERVAÇÕES	Os pontos serão somados aos dos demais indicadores para apuração da pontuação mensal. A pontuação será zerada no mês subsequente, preservando-se o histórico das ocorrências para fins de avaliação de reincidência.



INDICADOR Nº 02 — FORNECIMENTO DE CAFÉ

FINALIDADE	Garantir o fornecimento regular de café em grãos, em quantidade suficiente e de acordo com as especificações, padrões de qualidade, condições de acondicionamento e prazos estabelecidos, assegurando o abastecimento contínuo das máquinas automáticas de café durante a execução contratual.
META A CUMPRIR	Garantir que os insumos sejam devidamente entregues, conforme solicitação.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Conferência local, checklist, ordens de serviço, registros da fiscalização e comunicações ao preposto.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Visual e documental, pelo fiscal do contrato.
PERIODICIDADE	Mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	Será aplicada a pontuação correspondente a cada ocorrência verificada.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir do início da prestação dos serviços.

OCORRÊNCIAS E PONTUAÇÃO



OCORRÊNCIA	PONTUAÇÃO
A não entrega dos insumos, ou a entrega de maneira não satisfatória.	2,0 pontos por ocorrência
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	Visual e documental, pelo fiscal do contrato.
SANÇÕES	Diária, com consolidação mensal.
OBSERVAÇÕES	Será aplicada a pontuação correspondente a cada ocorrência verificada.

INDICADOR Nº 03 — MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS

FINALIDADE	Garantir o funcionamento das máquinas em perfeito estado, e cumprir as necessidades de manutenção conforme exigências do fabricante.
META A CUMPRIR	Que seja realizado manutenções preventivas e corretivas para um bom funcionamento das máquinas.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Conferência local, checklist, ordens de serviço, registros da fiscalização e comunicações ao preposto.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Visual e documental, pelo fiscal do contrato.
PERIODICIDADE	Mensal.
MECANISMO DE CÁLCULO	Será aplicada a pontuação correspondente a cada ocorrência verificada.



INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir do início da prestação dos serviços.
---------------------------	---

OCORRÊNCIAS E PONTUAÇÃO

OCORRÊNCIA	PONTUAÇÃO
Executar parcialmente os procedimentos de manutenção preventiva e corretiva.	2,0 pontos por ocorrência
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	Visual e documental, pelo fiscal do contrato.
SANÇÕES	Diária, com consolidação mensal.
OBSERVAÇÕES	Será aplicada a pontuação correspondente a cada ocorrência verificada.

TABELA GERAL DE DESCONTOS

PONTUAÇÃO MENSAL	RESULTADO DA AFERIÇÃO
0 a 2,0 pontos	Sem desconto, apenas advertência do fiscal
2,1 a 8,0 pontos	2% sobre o valor mensal apurado
8,1 a 15,0 pontos	5% sobre o valor mensal apurado
Acima de 15,0 pontos	10% sobre o valor mensal apurado

FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS



O somatório dos descontos mensais decorrentes da aplicação do IMR fica limitado a 10% do valor mensal apurado para o período de medição, sem prejuízo das glosas diretas decorrentes de serviço não prestado, material não fornecido ou outras hipóteses específicas previstas no Termo de Referência e no contrato.

A pontuação será apurada mensalmente, considerando-se o somatório das ocorrências registradas em todos os indicadores. A pontuação será zerada no mês subsequente, sem prejuízo da análise de reincidência para fins de adoção das providências contratuais cabíveis.

A reincidência de falhas ao longo da execução contratual poderá ensejar advertência, exigência de plano de correção, aplicação de penalidades ou outras medidas previstas no contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

INDICADOR	TOTAL DE OCORRÊNCIAS	DATA	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
INDICADOR Nº1				
INDICADOR Nº 2				
INDICADOR Nº 3				

RESULTADO MENSAL	INFORMAÇÃO
PERÍODO DE AFERUÇÃO	
PONTUAÇÃO FINAL	
PERCENTUAL DE DESCONTO	
VALOR DO DESCONTO	
OBSEVAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO	



Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

LETICIA COELHO NOGUEIRA
DIRETOR GERAL
DIPRE - PROCON - GOVES
assinado em 15/10/2026 18:12:10 -03:00

JÔSE CORREA
ASSESSOR ESPECIAL II
GARH - PROCON - GOVES
assinado em 15/10/2026 18:04:30 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 15/10/2026 18:12:10 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JÔSE CORREA (ASSESSOR ESPECIAL II - GARH - PROCON - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-4TNGZR>

